

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEJ	Jaime Ramiro
AFOCAPI	Ricardo Dias Pacheco
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Marco Antônio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Indaiatuba	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Jundiaí	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP- DR Limeira	Jonas Vitti
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio Pirai	Francisco Antônio Moschini
COPASA	Waldir Souza
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
FIEMG	Carlos Renato Viana
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
IEF	p/ Paulo Henrique Pereira
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
IPSA	Waldemar Bóbbo
P.M. de Americana	p/ Carlos César Gimenez Zappia
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. Artur Nogueira	João Aparecido Santa Rosa
P.M. de Cabreúva	p/ Gláucia Cristiane de Sousa
P.M. de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Dois Córregos	Jefferson César Padrin Filho
P.M. de Elias Fausto	Rui Thoni
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M. de Ipeúna	José Antônio de Campos
PM de Itirapina	Alípio Marques Junior
	José Maria Candido
P.M. de Itu	Vincent Robert Roland Menu
P.M. de Itapeva	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Jundiaí	Maria das Graças Martini
P.M. de Limeira	Paulo Trigo Ferreira
P.M. de Louveira	Nicolau Finamore Júnior
P.M. de Morungaba	Marco Antonio de Oliveira
P.M. de Nova Odessa	Benjamim Bill Vieira de Souza
	Ricardo Ongaro
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
	José Rubens Françoso

P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra
P.M. de Rafard	Ilson Donizete Maia
P.M. de Rio Claro	Francesco Rotolo
P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi
	Hélio Franzol Bernardino
P.M. de Sapucaí-Mirim	p/ Paulo Henrique Pereira
P.M. de Socorro	p/ João Batista Preto de Godoy
Rotary Internacional D-4590	Luiz Antônio C. e Silva Brasi
SAA	Denis Herisson da Silva
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	Maurício Polezi
Secretaria de Energia	Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
SINMEC	p/ Paulo Henrique Pereira
SMA	Laura Stela Naliato Perez
SR Campinas	p/ João Primo Baraldi
SR Indaiatuba	p/ João Primo Baraldi
SR Limeira	Nilton Piccin
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SRHQ/MMA	Julio Thadeu Silva Kettelhut
SSRH	Luiz Roberto Moretti
	Vinícius Rosa Rodrigues
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
Secretaria de Planejamento	Adriana Gomes de Freitas
SMA	Sandra Jules Gomes da Silva
SIAESp	Flávia Moretto Paccola
Secretaria de Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira
ABCON	Fernando Humphreys
4ª Cia de Polícia Ambiental	Maurício Kiyoshi Hirano
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
Suprema	Franciscus Johannes Maria Schoenmaker

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2017, nas dependências do Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo, em Nova Odessa/SP, realizou-se a 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 117 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal,



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Barjas Negri (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba); Benjamim Bill Vieira de Souza (Prefeito Municipal de Nova Odessa e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí); José Antônio de Campos (Prefeito Municipal de Ipeúna); José Maria Cândido (Prefeito Municipal de Itirapina); Nicolau Finamore Júnior (Prefeito Municipal de Louveira); Marco Antônio de Oliveira (Prefeito Municipal de Morungaba); José Silvino Cintra (Prefeito Municipal de Piracaia); Carlos Alberto Lisi (Prefeito Municipal de Saltinho); Ilson Donizete Maia (Prefeito Municipal de Rafard); Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Julio Thadeu Silva Kettelhut (3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Ricardo Daruiz Borsari (Superintendente do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE); Arly de Lara Romêo (Presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA); Vinícius Rosa Rodrigues (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Sergio Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Cerimonial convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. O Cerimonial cumprimentou a todos e agradeceu a cessão do espaço. **2.1 Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica:** O Cerimonial anunciou a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica celebrado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí para o desenvolvimento de ações conjuntas com o objetivo de promover o intercâmbio tripartite de informações, dados técnicos, experiências, bem como a cooperação técnica na área da gestão integrada dos recursos hídricos, com base na equidade, no mútuo benefício e na conjugação de esforços entre as partes signatárias, para desenvolver e implementar programas, projetos e atividades conjuntas voltadas à gestão integrada

dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, bacias PCJ, de acordo com os objetivos, as diretrizes e os instrumentos previstos na legislação vigente. Na sequência, convidou para a assinatura do acordo o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; o Sr. Ricardo Daruiz Borsari, Superintendente do DAEE; e a Sra. Maria da Penha de Oliveira Alencar, Assistente Executiva da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental da CETESB. **2.2 Assinatura de Contratos de Transferência:** O Cerimonial anunciou à assinatura dos Contratos de Transferência a serem assinados com o proponente conforme estabelecido no Contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a Caixa Econômica Federal – CAIXA, e os Tomadores de recursos financiados com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, indicados pelos Comitês PCJ, em 18/07/2017, nos termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 275/2017, para o exercício de 2017. Para este ato, o Cerimonial convidou como testemunhas o Sr. Barjas Negri, Prefeito Municipal de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL e o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ. Na sequência anunciou os tomadores e empreendimentos, convidando seus representantes legais para assinatura: a) Tomador: Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba, empreendimento: “Sistema de Esgotos Sanitários do Distrito Industrial – Morungaba; b) Tomador: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba – SEMAE, empreendimentos: “Implantação do Plano Diretor de Perdas - Macro Setor 6: Balbo Artemis” e “Implantação do Plano Diretor de Perdas - Macro Setor 5: Vila Rezende e Recalque São Dimas”; c) Tomador: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA Campinas, empreendimentos: “Implantação de Setorização e Reabilitação da Infraestrutura com Substituição de Redes e Ligações de Água no Bairro Bonfim Bloco 1” e “Implantação de Setorização e Reabilitação da Infraestrutura com Substituição de Redes e Ligações de Água no Bairro Jd. Madalena Blocos I e II”; d) tomador: Companhia de Saneamento Ambiental- SAAE Atibaia, empreendimento: “Atualização do Plano Diretor de Combate e Redução de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água da Estância de Atibaia”. **2.3. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Cerimonial,



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

passou a palavra ao Presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA, Sr. Arly de Lara Romeu, que cumprimentou a todos, e destacou a atuação dos Comitês PCJ, afirmando ser exemplo para o Brasil. Na sequência, passou a palavra ao Superintendente do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE, Sr. Ricardo Daruiz Borsari, que destacou a atuação próxima dos Comitês PCJ junto ao DAEE, como exemplo de gestão dos recursos hídricos. Destacou a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica celebrado pela CETESB, o DAEE, e a Agência das Bacias PCJ, como forma de transparência e divulgação de dados de forma refinada. Informou sobre a renovação dos procedimentos de outorgas, que visou o aprimoramento dos processos da assinatura da Ordem de Serviço para início das obras, em fevereiro, nas barragens de Pedreira e Duas Pontes. A seguir, o Cerimonial passou a palavra ao Vice-presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Marco Antônio dos Santos, que cumprimentou a todos e destacou também a qualidade dos projetos contratados pela Agência das Bacias PCJ no início da cerimônia, desejando uma reunião produtiva a todos. Após, a palavra foi passada ao 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, Sr. Júlio Thadeu Ketellhut, que destacou a eficácia do sistema de gestão dos recursos hídricos no Brasil, enfatizando que a estrutura dos comitês de bacia tem dado resposta e retornos rápidos à sociedade, destacando, nesse sentido, a atuação dos Comitês PCJ. Após, passou a palavra ao Prefeito Municipal de Nova Odessa e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Sr. Benjamim Bill Vieira de Souza, que destacou a importância de os governos municipais terem bons projetos para os municípios, o que é bastante favorecido pela atuação da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, parabenizando os prefeitos municipais presentes, que assinaram contrato nesta data e desejando uma reunião profícua e todos. A seguir, passou a palavra ao Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba, Sr. Barjas Negri, que reforçou os votos pelo sucesso da reunião, destacou o aumento progressivo da participação dos prefeitos municipais nas reuniões plenárias dos Comitês PCJ. Comunicou, que o representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, solicitou aos Comitês PCJ,

170 prorrogação de prazo para as assinaturas dos Contratos de Transferência a serem assinados com o proponente conforme estabelecido no Contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a Caixa Econômica Federal – CAIXA, e os Tomadores de recursos financiados com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, indicados pelos Comitês PCJ, em 18/07/2017, nos termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 275/2017, para o exercício de 2017, dos empreendimentos: “Implantação de Sistema de Secagem de Lodo por Meio de Energia Solar - Estação de Tratamento de Esgotos de Várzea Paulista” e “Obra do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Nazaré Paulista - Vicente Nunes, na Bacia Hidrográfica do PCJ”. O Sr. Barjas argumentou que a não assinatura desses contratos prejudicaria os municípios de Várzea Paulista e de Nazaré Paulista, e não propriamente a SABESP. Na sequência, propôs aos Plenários a prorrogação de prazo para assinatura dos contratos de transferência até a próxima reunião Plenária, que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, com autorização do Presidente dos Comitês PCJ, o Cerimonial passou a palavra ao Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Sr. Vinícius Rosa Rodrigues, deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Na sequência, o Sr. Vinícius, com a autorização do Sr. Barjas Negri (Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), solicitou a inclusão de assunto no item “outros assuntos”, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011 celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e abriu a palavra aos membros; não havendo manifestações, o Sr. Vinícius colocou a proposta em votação, incluindo-se o assunto no item da pauta “Outros Assuntos”, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, dando prosseguimento à reunião, passou ao item **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE)**: O Sr. Vinícius informou que no período de 07 a 10 de novembro de 2017 os Comitês PCJ participaram com sua delegação formada pelas Coordenações das CTs, membros da CT-PL e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ do XIX Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOB), em Aracaju/SE. O ENCOB, neste ano, apresentou como tema central “Os comitês de bacia no fortalecimento do Sistema



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

Nacional de Recursos Hídricos”. Em seguida, o Sr. Vinícius informou o pleito da Câmara Técnica de 225 Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, quanto à solicitação de financiamento para membros dos Comitês PCJ para a realização de curso de pós-graduação Lato Sensu oferecido pelo Centro de Estudos Ambientais da UNESP, campus 230 Rio Claro, intitulado “Gestão de Recursos Hídricos e Gerenciamento de Áreas Contaminadas”. A solicitação foi aprovada por unanimidade pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ em reunião realizada em 235 Americana no dia 26 de outubro e encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, para informe e à Agência PCJ para ser submetido à aprovação no PAP-PCJ. O Sr. Vinícius informou, também, a previsão de 240 ocorrência de reunião extraordinária da CT-PL para análise de eventuais recursos apresentados quanto ao financiamento de projetos para o dia 02 de fevereiro de 2018, solicitando a todos os membros da CT-PL que reservem suas agendas. O 245 Sr. Vinícius parabenizou, em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a Câmara Técnica de Saneamento (CT-S.A) dos Comitês PCJ pela realização do 2º Simpósio da CT-SA, com o tema “Sustentabilidade nas bacias dos rios PCJ: redução 250 de perdas de água e de impactos nos recursos hídricos”, realizado no dia 12 de dezembro, no município de Limeira. **3.2. da Agência PCJ:** O Sr. Vinícius passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o 255 qual informou que os 21 Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo terão um espaço para apresentação de experiências no 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília-DF, e que foi delegado à Agência PCJ a organização deste ambiente, chamado “Espaço São Paulo”. O Sr. Sergio agradeceu a Sociedade de Abastecimento de 260 Água e Saneamento S/A – SANASA, pela condescendência de patrocínio ao Espaço São Paulo. O Sr. Sergio informou que a nova equipe de Auditores da Agência Nacional de Águas (ANA) realizou no início do mês de dezembro de 2017, visita técnica a sede da Fundação Agência das 265 Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, onde foi exposto a linha de trabalho que os Auditores seguirão aos funcionários da Agência das Bacias PCJ. Após, o Sr. Sergio informou sobre a reunião ocorrida no dia 23/11/2017 na Fundação Florestal, em São Paulo, sobre a construção de um 270 termo de cooperação entre o GAEMA PCJ e a

Fundação Florestal para cooperar tecnicamente com a estrutura e a dinâmica da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ com vistas à 280 aplicação dos recursos da duplicação da Rodovia Bandeirantes. Uma vez que os recursos só poderiam ser utilizados para reflorestar áreas públicas, eles ficaram estagnados a partir do diagnóstico que não identificou áreas adequadas nas regiões determinadas. Os recursos giram em 285 torno de R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), voltados para a recuperação de mananciais. A metodologia para o investimento desses valores será a Política de Recuperação, Conservação e Proteção do Mananciais dos 290 Comitês PCJ, mostrando a qualidade deste documento de referência. Na sequência, o Sr. Sergio, informou que uma das metas do Contrato de Gestão, firmado com a Agência Nacional de 295 Águas (ANA), diz respeito à avaliação dos membros dos Comitês PCJ sobre a atuação da Agência PCJ. Diante desta exposição o Sr. Sérgio solicitou a todos que preencham e devolvam a ficha de questionário de avaliação dos trabalhos da 300 Agência PCJ, que foi distribuída. O Sr. Vinícius informou, que foi protocolado nesta data, junto a Secretária Executiva dos Comitês PCJ, o Ofício GP: nº 972/2017, da Prefeitura Municipal de Piracaia/SP, com à reivindicação dos municípios das cabeceiras das Bacias PCJ para que a SABESP passe a pagar o valor total referente à cobrança pelo uso da água no que diz respeito às consequências das obras dos reservatórios do Sistema Cantareira. Informou que o assunto será 310 enviado à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, através do seu Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cobrança) para discussão e tramitação do assunto. **3.3. dos Membros do Plenário:** Na sequência o Sr. 315 Vinícius passou a palavra ao Sr. José Silvano Cintra, Prefeito Municipal de Piracaia, que reforçou a solicitação contida no do Ofício GP nº 972/2017, recebido pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ durante a reunião, solicitando que os 320 Comitês PCJ incluam em sua agenda de estudos os valores pagos pela SABESP pelas águas de transposição do Sistema Cantareira. Esta ação visa a proteção dos municípios de cabeceira mediante a cobrança do valor total referente ao uso dos 325 recursos hídricos, ao invés de 50% do valor, como ocorre atualmente, e solicita transferência de recursos para os municípios formadores do Rio Piracicaba. Na sequência, passou a palavra a Sra.



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

330 Fabiane Santiago, Superintende do SAAE Atibaia, que manifestou apoio ao pleito estabelecido pelo
335 Ofício GP: nº 972/2017, pela potencialidade de favorecer o tratamento dos efluentes despejados nas cabeceiras, à montante, portanto, do município de Atibaia. Após, o Sr. Vinícius passou a palavra
340 ao Dr. Ivan Carneiro, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA PCJ, do Ministério Público do Estado de São Paulo que citou algumas conquistas do ano de 2017, e informou sobre a compensação e de ações ambientais em torno das Bacias PCJ, que permitirá a instalação de um Laboratório de Toxicidade na UNESP, em Rio Claro, para análise da qualidade da água nas Bacias PCJ, derivado de um acordo estabelecido dias antes entre BRK Ambiental,
345 Prefeitura Municipal de Rio Claro e Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro. Destacou a recuperação histórica da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA), no município de Rio Claro, vídeo-monitoramento, implantação da Guarda Civil Ambiental e do Centro e Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), entre outras ações em Rio Claro, Americana, Cordeirópolis e demais municípios. Após, passou a palavra ao Sr. Petrus Weel,
355 representante da Prefeitura de Holambra, que solicitou maior pontualidade dos membros dos plenários nas próximas reuniões para evitar o esvaziamento dos encontros, devendo a Secretaria Executiva convocar a reunião com horário mais cedo para que próximo ao horário de almoço a reunião possa ser finalizada. **4. Apresentação do balanço primeiro ciclo de gestão das resoluções ANA/DAEE quanto a outorga do Sistema Cantareira, e as perspectivas e desafios da gestão do Sistema Cantareira para os próximos meses:** O Sr. Vinícius passou a palavra ao Sr. Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, que apresentou ao Plenário o panorama da gestão do Sistema Cantareira realizada pelos Comitês PCJ, por meio da CT-MH, em conjunto com os órgãos gestores, no período de 1º de junho a 30 de novembro de 2017. Ressaltou, que esta forma compartilhada de gestão, em que os
375 Comitês PCJ e os Órgãos Gestores tomam as decisões entre 1 de junho e 30 de novembro (período seco), e a SABESP e os Órgãos Gestores trabalham nas determinações da gestão entre 1 de dezembro e 31 de maio (período úmido) foi estabelecida pelas Resoluções Conjuntas ANA/DAEE n.ºs 925 e 926, de 29 de maio de

2017, e são válidas por 10 anos. O Sr. Vilella destacou a gestão compartilhada e a operação dos reservatórios por faixas como avanços
385 significativos das novas regras, e, após, apresentou aspectos da referida gestão em 2017. Informou que 158,1 hm³ que as Bacias PCJ tinham direito para o período de seca, foi descarregado 90,25 (57%), sendo disponibilizado ao Sistema 67,85 hm³ (43%)
390 nessa gestão, destacando a visão plurianual de processo decisório. Foram realizados para tal 28 comunicados, solicitações realizadas pelos Comitês PCJ aos órgãos gestores, contabilizando 68 manobras para aumento ou diminuição da vazão dos reservatórios às Bacias PCJ. Por fim,
395 apresentou os principais desafios e perspectivas para 2018, apontando o desenvolvimento das ferramentas de previsão do tempo, a consolidação do conceito de tempo de trânsito, a avaliação do ciclo completo das gestões, melhoria nas condições hidráulicas dos Rios Atibainha e Cachoeira, entre outras. Na sequência, o Dr. Ivan Carneiro, representante do GAEMA PCJ - Piracicaba, realizou alguns apontamentos, reforçando o apoio
400 ao trabalho realizado pelos Comitês PCJ quanto à questão em pauta, com destaque ao desenvolvimento da segurança hídrica e ambiental proporcionada com o amadurecimento das noções de tempo de trânsito e de tomada de decisão para manobras. Por fim, apresentou satisfação pelo trabalho realizado, reconhecendo o sucesso da gestão. Na sequência, passou a palavra a Sra. Fabiane Santiago, Superintende do SAAE Atibaia, informou que a gestão compartilhada do Sistema Cantareira, trouxe inúmeros benefícios ao município de Atibaia e às Bacias PCJ, como por exemplo com o ponto de monitoramento de Atibaia, garantindo aprimoramento da noção de tempo de trânsito e de garantia de abastecimento público. **5. Assuntos a deliberar: 5.1. Aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/08/17, no Centro de Convenções Moinho, em Holambra/SP:** O Sr. Vinícius explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Holambra/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade e sem alterações.
420 **5.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 280/17, de 15/12/2017: “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ:** O Sr. Vinícius lembrou que as deliberações ad referendum são



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

435 discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da
necessidade de atendimento das demandas mais
urgentes dos Comitês PCJ, devendo as mesmas
serem referendadas pelos Plenários dos Comitês
440 PCJ. O Sr. Vinícius detalhou a Deliberação ad
referendum dos Comitês PCJ nº 279/17, de
01/09/17, informando que, em decorrência da
eleição e recomposição de representantes nos
plenários dos Comitês PCJ e na CT-PL, para o
445 mandato 2017/2019, que ocorreu em 31/03/2017,
na cidade de Piracicaba/SP, na ocasião da 19ª
Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, faz-se
necessária a recomposição, também, dos
Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ,
450 cujos mandatos terminariam no dia 7 de novembro.
O Sr. Vinícius explanou sobre o conteúdo da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de
28/08/2009, que aprova os procedimentos para
indicação dos membros dos Conselhos
455 Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das
Bacias PCJ e ressaltou que nos termos do art. 10 da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, a
comunicação dos membros eleitos e indicados será
feita por meio de deliberação ad referendum do
460 presidente do CBH-PCJ. Em seguida, apresentou a
composição eleita e aprovada de acordo com os
critérios da Deliberação dos Comitês PCJ nº
045/09, durante a 68ª Reunião Ordinária da CT-
PL, ocorrida na CATI -Campinas, para o mandato
465 2017/2019, com a seguinte composição do
Conselho Deliberativo passou a ter os seguintes
membros: 1) do segmento Estado: Secretaria de
Estado de Saneamento e Recursos Hídricos;
Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria
470 de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão; Secretaria de Estado de
Energia e Mineração e Companhia de Saneamento
Básico do Estado de São Paulo; 2) Municípios: P.
M. de Rio das Pedras, P. M. de Nova Odessa P. M.
de Limeira, P. M. de Holambra, P. M. de São
475 Pedro e PM de Piracicaba; 3) do segmento
Sociedade Civil (usuários de recursos hídricos):
Sindicato Rural de Campinas, ASSEMAE e CIESP
DR Jundiaí; 4) do segmento Sociedade Civil
480 (organizações civis): Consórcio PCJ, IPSA e
Rotary International D4590. Para composição do
Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes
representantes 1) do segmento Estado: Secretaria
da Saúde (Titular) e Secretaria da Agricultura
485 (Suplente); 2) do segmento Municípios: P. M. de
Rio Claro (Titular) e P. M. de Cordeirópolis
(Suplente); 3) do segmento Organizações Civas:

ÚNICA (Titular) e Associação dos Engenheiros de
Jundiaí (Suplente). Após os esclarecimentos, o Sr.
490 Vinícius abriu a palavra aos membros, não
havendo manifestações, o Sr. Vinícius colocou a
minuta de deliberação que referenda o ato do
presidente em votação, a qual foi aprovada por
unanimidade. **5.3. Encaminhamentos sobre a**
495 **revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos**
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a
2020: O Sr. Vinícius informou que seria apreciado
na presente reunião o “ Relatório II - Plano de
Bacias, de acordo com a Deliberação nº 188/16, do
500 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-
SP)”, e a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ
nº 281/17, de 15/12/2017, que aprovaria seu
encaminhamento. Diante do exposto informou que
na data de 07/10/2018, no município de São
505 Pedro/SP ocorreu a reunião das Secretarias
Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas
do Estado de São Paulo junto a Coordenadoria de
Recursos Hídricos (CRHi), qual definiu-se uma
prorrogação do prazo para apresentação e
510 encaminhamento do Relatório II – Plano de Bacias,
devido a um conteúdo mínimo exigido para
apresentação do Relatório II – Plano de Bacias
previsto pela Deliberação CRH 146/2012. Na
seqüência, o Sr. Vinícius passou a palavra à Sra.
515 Adriana Isenburg, Coordenadora da Câmara
Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês
PCJ, que retomou o panorama da situação aos
membros da Plenária, informando que as
exigências feitas pelo CRHi, em datas recentes,
520 seriam inviáveis de serem atendidas. Detalhou
aspectos das solicitações, como a relação do
desenvolvimento do plano com o orçamento dos
municípios da bacia, e focou na questão do prazo
estabelecido como o principal obstáculo dentro da
525 problemática. Após, o Sr. Vinícius informou que
durante a ocasião da realização da 69ª Reunião
Ordinária da CT-PL e 6ª Reunião Extraordinária
Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada no
município de Limeira/SP, no dia 24/01/2017, o
530 assunto não foi apreciado, sendo deliberado por
unanimidade a retirada do item de pauta de revisão
do “ Relatório II - Plano de Bacias, assim seria
necessária a retirada do item de pauta da presente
reunião, com renumeração das deliberações
535 subsequentes, e informando que o assunto seria
apreciado no mês de abril de 2018, na próxima
reunião Plenária dos Comitês PCJ. Na seqüência,
o Sr. Vinicius abriu a palavra aos membros. Os
membros do plenário manifestaram apoio a
540 retirada do item de pauta e remuneração das mintas



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

de deliberações subsequentes **5.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 281/17, de 15/12/17, que “Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2018 e dá outras providências”**: O Sr. Vinícius informou que ocorreram, na data de 30/10/2017, em Piracicaba/SP, as reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Fundação Agência PCJ, quando foram apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas pelos Comitês PCJ, as propostas de plano de trabalho e previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de 2018, destacando os percentuais para custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ, de 10% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo, e de 7,5% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. **1) Previsão Orçamentária**: Na sequência, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou a apresentação resumida da Proposta Orçamentária 2018, conforme material distribuído aos presentes, destacando a atualização dos PUBs da Cobrança Federal e da Cobrança Estadual Paulista, e esclareceu que a estimativa de arrecadação apresentada foi feita com base nas declarações dos usuários para a previsão de captação e lançamento dos usos outorgados dos recursos hídricos. **2) Plano de Trabalho 2018**: O Sr. Sergio Razera lembrou que a Agência das Bacias PCJ contratou empresa especializada para realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento organizacional da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, envolvendo o desenho e redesenho dos processos de trabalho e a especificação de uma arquitetura do ERP a ser adotado, que resultou no plano de trabalho a ser apresentado. Ressaltou, que a partir das bases do Plano de Trabalho, será realizado o detalhamento das ações, visando a nortear a equipe nas tarefas cotidianas necessárias a implementação – bem como a definição – de indicadores de desempenho para avaliação das atividades da gestão. Outras ações poderão ser incorporadas ao longo do exercício, caso haja percepção de novos desafios e oportunidades em que a Agência das Bacias PCJ deva se inserir. O Sr. Sergio Razera realizou uma apresentação concisa do Plano de Trabalho 2018, destacando as atividades da Assessoria de Comunicação e da

Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, dos trabalhos e das atividades das Coordenações da Área Técnica e dos trabalhos e das atividades das Coordenações Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ, destacando a importância do desenvolvimento de ações na área de Tecnologia de Informação. Na sequência passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo-financeiro da Agência das Bacias PCJ informou que quanto ao Plano de Ações da Agência PCJ, o existem três grandes ações a serem executados no ano de 2018, sendo: 1. O planejamento e elaboração do projeto para nova sede da Agência PCJ, pois há a intenção de doação da Prefeitura Municipal de Piracicaba de um terreno de cerca de 3 mil m² na área do Parque Tecnológico de Piracicaba; 2. Implementação do Programa Papel Zero na Agência das Bacias PCJ e na Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP) como projetos-piloto para a implementação do programa de redução do uso de papel nas entidades delegatárias, com recurso do orçamento da ANA; 3. Foi elaborado um Plano de Mídia pela empresa contratada pela Agência das Bacias PCJ e serão realizadas ações para dar maior visibilidade e reconhecimento da atuação da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, bem como a participação ativa dos Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água. Na sequência, o Sr. Vinícius abriu a palavra aos membros, e, não havendo manifestações, colocou a minuta de deliberação com as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2018, em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **5.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017, que “Estabelece regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional”**: O Sr. Vinícius lembrou que durante a realização da 68ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no Auditório da CATI – Campinas/SP, em 01/09/2017, foi composto o Grupo Técnico de Custeio de Despesas (GT-Custeio de Despesas) para definir a metodologia e regulamentação para pagamento de despesas de viagens aos membros dos Comitês PCJ. Informou também que, na ocasião dessa CT-PL, deliberou-se por trabalhar o custeio nas Bacias PCJ através dos procedimentos de reembolso de despesas de viagens de membros dos Comitês PCJ pelos novos



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

limites conforme determinação da Agência Nacional de Águas (ANA), uma vez que o custeio pelo FEHIDRO seria muito mais atribulado. Na ocasião, constituiu-se um grupo formado por representantes das seguintes entidades: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; Agência das Bacias PCJ, Associação dos Engenheiros de Jundiaí – AEJ, Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiaí – CIESP DR Jundiaí, Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA, Fórum das Américas, Prefeitura Municipal de Jundiaí e Sindicato Rural de Rio Claro. Na sequência, o Sr. Vinícius passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, para uma breve exposição quanto ao formato de pagamento de despesas estipulado. O Sr. Ivens explicou que as diárias têm como propósito custear a alimentação, locomoção urbana e hospedagem dos membros dos Comitês PCJ. Há faixas de valores específicos para determinadas localidades, a saber: Brasília, Manaus e Rio de Janeiro – R\$ 321,10 (trezentos e vinte e um reais e dez centavos); Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – R\$ 304,20 (trezentos e quatro reais e vinte centavos); demais capitais de Estados – R\$ 287,30 (duzentos e oitenta e sete reais e trinta centavos); demais deslocamentos R\$ 253,50 (duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Esses valores serão pagos quando conformar-se diária completa, caracterizada pela existência de pernoite. Quando não houver pernoite, será disponibilizada meia-diária, que corresponde exatamente à metade dos valores supracitados. O Sr. Ivens apresentou as tabelas de valores financeiros para expor os custos por parte da Agência das Bacias PCJ para o pagamento das despesas, havendo uma previsão de gastos de R\$ 511.689,75 (quinhentos e onze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos) anuais. A projeção base para a estipulação deste valor leva em consideração o número de diárias disponíveis para cada membro. Foram expostos também os critérios para solicitação de diárias. Em relação às reuniões internas (CTs, GTs, GAs, Plenária), estão habilitados a solicitar diárias os representantes de Organizações Cívicas ou de Entidade Associativa Representativa de Usuários de Recursos Hídricos; o(a) coordenador(a), coordenador(a)-adjunto(a) ou secretário(a) das Câmaras Técnicas de qualquer um dos segmentos dos Comitês PCJ, ou pessoa física sem vínculo com os Comitês PCJ que venha ser convidado para desenvolvimento de atividades e compartilhamento de experiências junto aos Comitês PCJ. Em relação às reuniões externas (por indicação dos Comitês PCJ), os critérios são, não cumulativos, ser membro representante de entidade de qualquer um dos segmentos dos Comitês PCJ, com indicação formal de deliberação dos Comitês PCJ ou anuência do Secretário-executivo, ser pessoa física, sem representação nos Comitês PCJ, devidamente com anuência do Secretário Executivo para representar os interesses dos Comitês PCJ. O prazo para solicitação de diárias é de até cinco dias úteis (salvo nas Plenárias, no qual contam-se oito dias úteis) antes da reunião, devendo apresentar o formulário “Solicitação de diária” preenchido. O valor será depositado até um dia útil antes da referida reunião. Após a reunião, é necessário a entrega de “Relatório de viagem” em até dez dias após o retorno da viagem. Na sequência, o Sr. Vinícius abriu a palavra aos membros. O Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê e Consórcio Piraí, solicitou a palavra e manifestou-se favoravelmente à questão tratada, afirmando ser de grande valia para o favorecimento da participação da sociedade civil nos Comitês PCJ. Em seguida, apresentou uma dúvida quanto ao número de reuniões custeadas e quanto aos critérios de custeio para cada membro, questões as quais o Sr. Ivens respondeu na sequência, segundo o apresentado na Deliberação apresentada para discussão. A seguir, o Dr. Ivan Carneiro, do GAEMA PCJ -Piracicaba, solicitou a palavra e destacou os benefícios do custeio dos membros da sociedade civil, o que, além de incentivar a participação deste segmento, caminha no sentido de garantir os meios para efetiva participação, endossando a discussão de participação paritária da sociedade civil nos Comitês paulistas, confrontando o um terço estabelecido pela legislação atual do Estado de São Paulo. Na sequência, o Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, tomou a palavra e manifestou-se quanto ao fato de que os participantes de reuniões em geral não se fazem presentes até o final das mesmas, ato contrário à plena realização das discussões, e que deve ser confrontado, em especial a partir de agora, com o custeio sendo efetivado. Após as manifestações, o Sr. Vinícius colocou a minuta de deliberação que estabelece



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

755 regras para pagamento de despesas para
participação de membros dos Comitês PCJ, em
756 reuniões internas e externas à sua área de atuação,
em território nacional, em votação, a qual foi
aprovada por unanimidade. **5.6. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 283/17, de
15/12/2017, que “Aprova os Planos de Trabalho
(PT) das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ,
período 2017/2019”:** O Sr. Vinícius lembrou a
760 todos que foi realizada, no mês de junho de 2017, a
renovação da composição das Câmaras Técnicas
dos Comitês PCJ (CTs), de acordo com os termos
765 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, que
dispõe sobre a estrutura e funcionamento das
mesmas. Esta deliberação dispõe, também, que as
CTs deverão elaborar, anualmente, plano de
trabalho mínimo, compatível com o Plano de
770 Bacias e o cronograma de trabalho dos Comitês
PCJ. Diante do exposto, o Sr. Vinícius informou
que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ
solicitou às coordenações das CTs que elaborassem
os respectivos Planos de Trabalho (PTs) com base
775 nas disposições e conteúdo do Plano das Bacias
PCJ 2010-2020, disponibilizando, para tanto,
formulários específicos nos quais foram elencadas
as atividades a serem desenvolvidas entre
780 novembro de 2017 e maio de 2019, aprovadas
pelos membros em reuniões plenárias de cada uma
das CTs. O Sr. Vinícius detalhou as atividades a
serem desenvolvidas, definindo-se, para tanto:
título da atividade; justificativa para seu
desenvolvimento e seu enquadramento nos PDCs
785 (Programas de Duração Continuada) e
subprogramas previstos no Plano das Bacias PCJ
2010-2020. Para cada atividade foram elencadas as
ações envolvidas em sua implementação, bem
como os produtos esperados. O conjunto dos
790 prazos das ações resultou no “Cronograma de
execução das atividades do Plano de Trabalho
Anual 2017-2019”. As atividades propostas pelas
Câmaras Técnicas foram encaminhadas à
Secretaria Executiva, que realizou reunião de
795 avaliação e harmonização preliminar, a fim de
verificar o potencial de articulação entre duas ou
mais CTs no desenvolvimento de determinadas
atividades, bem como a Agência das Bacias PCJ,
800 analisou a viabilidade da execução das atividades
propostas nos PTs, em função dos recursos
humanos e financeiros disponíveis para o apoio às
CTs, em função do Plano de Aplicação Plurianual
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá – PAP-PCJ 2017-2020, que
805 confirmou a viabilidade dos planos de trabalho

propostos. As discussões realizadas nas reuniões,
respeitados os conteúdos aprovados pelas CTs,
resultaram na consolidação dos PTs, onde consta a
organização de 73 atividades, resultando em 256
810 ações para o período entre novembro de 2017 e
maio de 2019, e foram reunidas na “Consolidação
dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ 2017-2019”. Na sequência
apresentou a minuta de deliberação dos Comitês
815 PCJ que “aprova os Planos de Trabalho (PT) das
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, período
2017/2019”. Após os esclarecimentos, o Sr.
Vinícius abriu espaço para manifestações dos
membros quanto ao conteúdo da Consolidação dos
820 Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ. Não havendo manifestações Sr.
Vinícius colocou em votação a minuta de
deliberação e a Consolidação dos Planos de
Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ
825 os quais foram aprovados por unanimidade. **5.7.
Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ no
284/2017, de 15/12/2017, que “Aprova nova
redação da Política de Recuperação,
Conservação e Proteção dos Mananciais no
830 âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ -
Política de Mananciais PCJ e dá outras
providências”:** O Sr. Vinícius informou que a
nova política proposta vem como proposta de
atualização dos termos da Deliberação dos Comitês
835 PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015, que aprovou a
“Política de Recuperação, Conservação e Proteção
dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos
Comitês PCJ”, que dispõe sobre as “Ações para
Produção e Conservação das Águas, Recuperação
840 e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas
Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari
e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e
aplicação de recursos financeiros das Cobranças
PCJ e demais fundos financeiros”, alterada pelos
845 termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº
270/2017, de 31/03/2017, que aprovou a “Política
de Recuperação, Conservação e Proteção dos
Mananciais no âmbito da área de atuação dos
Comitês PCJ, no que se refere à redação do texto e
850 aos anexos”. Após a explicação quanto aos
aspectos legais, o Sr. Vinícius informou que no
exercício de suas atividades, o GT-Mananciais
entendeu ser necessária a atualização e um maior
detalhamento dos procedimentos operacionais e
855 metodológicos vigentes para atendimento ao
Programa I - Recuperação, Conservação e Proteção
Ambiental em Áreas de Interesse e ao Programa II
- Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-PCJ,



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

860 com relação à redação e anexos. Assim, considerando a necessidade de atualização da presente Política, que se deu por meio de um processo contínuo, o GT-Mananciais discutiu amplamente os assuntos e, em sua 16ª Reunião Ordinária, realizada em 20/10/2017 no Instituto de Zootecnia (IZ) de Nova Odessa/SP, conjuntamente com a 16ª Reunião Extraordinária CT-RN e 8ª Reunião Extraordinária CT-Rural, apresentou a atualização da "Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ", a qual foi aprovada na mesma data e encaminhada para a apreciação da CT-PL, na ocasião da realização da sua 69ª Reunião Ordinária, realizada em 24/11/2017, em Limeira/SP, ocasião em que o Sr. Roberto Polga, representante do CIESP Jundiá, questionou quanto à possível sobreposição de funções que a proposta apresentada poderia ter com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, solicitando um parecer jurídico sobre o assunto a ser emitido antes da 20ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, embasando a votação de aprovação ou não da Política. Na sequência o Sr. Vinicius apresentou o parecer jurídico da Dra. Maria Granziera, o qual salienta que não se aplica a sobreposição de funções citada. Na sequência passou a palavra ao Sr. João Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Secretário do GT-Mananciais, para breve apresentação sobre o conteúdo da proposta e a apresentação da minuta de deliberação. O Sr. Demarchi expos a relevância da proposta, valorizando-a como política pública de integração entre o rural e o urbano, entre a produção e a conservação, e a utilização da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão sob uma visão integral. A elaboração da política, catalisada pela crise recente em que houve baixas no abastecimento, foi desenvolvida e atualizada com base nas discussões das CTs, GTs, eventos, workshops, fundamentação técnico-científica de projetos em geral e, a partir do desenvolvimento dos projetos piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A Política se justifica pelo fato de as Bacias PCJ serem classificadas majoritariamente como área de "muito alta prioridade" para restauração de mata nativa, além das potencialidades que apresenta de promoção da disponibilidade da água em quantidade e qualidade, tanto quanto à conservação como ao uso como recurso, a criação de um banco de dados e projetos, e a valorização e reconhecimento do papel do produtor rural como parte dos processos

de recuperação, conservação e proteção dos mananciais. Após, o sr. Demarchi apresentou o conteúdo e os termos da minuta de deliberação. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Vinicius abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário. Ocorreram várias manifestações e contribuições que resultaram ajustes na ortografia e da supressão do Artigo 2º. Na sequência, o Sr. Vinicius colocou em votação a proposta de minuta de deliberação, com as alterações apresentadas, a qual foi aprovada por um voto contrário da Secretária da Saúde. **5.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, que "Define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal":** O Sr. Vinicius informou ao plenário que, dentro da Política de Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, está previsto financiamento no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal, em áreas selecionadas no âmbito do Programa I – Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, e a seleção e hierarquização de propostas de ações e respectivos tomadores para o Programa II – Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, ambos previstos na Política de Mananciais PCJ. Informou ainda, traçando um panorama ao plenário, que a CT-RN e a CT-Rural constituíram Grupo de Trabalho, em 23/10/2015, denominado GT-Mananciais, para a avaliação de mérito das propostas e seleção das ações para financiamento sob o PAP-PCJ 2017-2020. O GT-Mananciais realizou reuniões de planejamento para elaboração de critérios para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, nos dias 18/08/2017, 15/09/2017 e 20/10/2017, levando em consideração o Plano das Bacias PCJ 2010-2020, o Plano Diretor Florestal das Bacias PCJ e a disponibilidade de recursos da Cobrança PCJ Federal – PAP-PCJ 2017-2020. A partir das análises realizadas, o GT-Mananciais, após aprová-la em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada em 10/11/2017, no município de Piracicaba/SP, encaminhou para a apreciação da CT-PL que em sua 69ª Reunião Ordinária, realizada em 24/11/17, no município de Limeira. Após os esclarecimentos,



Ata da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, em 15/12/2017

- 965 passou a palavra ao Sr. João Demarchi, que explicou os termos da deliberação, instruindo quanto ao cronograma estabelecido e ao fato de apenas Prefeituras Municipais pertencentes às
- 970 Bacias PCJ no Estado de São Paulo estarem aptas a solicitar recursos. A hierarquização das propostas será efetuada de acordo com a análise técnica realizada pelo GT-Mananciais e pela viabilidade financeira realizada pela Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, teceu esclarecimentos a respeito das deliberações, destacando que a seleção de áreas está sujeita ao cumprimento de pré-requisitos, como a exigência de uma lei de PSA no município e de um fundo
- 975 municipal para o PSA. Além disso, reiterou que apenas prefeituras podem solicitar os recursos. Após as explanações o Sr. Vinícius abriu a palavra para manifestações e, não havendo, colocou em votação a minuta de deliberação com as propostas de cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, a qual foi aprovada por unanimidade. **6. Outros assuntos: Minuta de**
- 980 **Deliberação dos Comitês PCJ nº 286/17, de 15/12/2017, que “Aprova a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011 celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a Fundação**
- 985 **Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí”:** O Sr. Vinícius informou ao Plenário que, durante a realização 69ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 24/11/2017, em Limeira/SP, foi solicitado
- 990 autorização da CT-PL, o encaminhamento da minuta de deliberação e dos termos do novo contrato direto para apreciação dos plenários dos Comitês PCJ, uma vez que não haverá tempo hábil para o assunto ser apreciado em uma nova CT-PL
- 1000
- 1005 e posteriormente nos plenários, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que a Agência Nacional de Águas (ANA) está estimulando a redução no uso do papel nas entidades delegatárias por meio do Programa Papel Zero, e que, para tanto, disponibilizará à Agência PCJ R\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil de reais) para redução do uso do papel tanto no cotidiano como através da reorganização e digitalização do arquivo. Para desenvolvimento desta ação será acrescido um Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011 celebrado entre a Agência Nacional de Águas –
- 1010 ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Na ocasião deste termo aditivo será incorporada também alterações nas metas do contrato. O Sr. Sergio, ressaltou que foram realizadas com os contratos de outras Agências de Água delegatárias, tais como AGEVAP e a Peixe Vivo, mas não haviam sido postas ao PCJ devido a elaboração de novo contrato nos próximos anos, mas, com a alteração proveniente do aditivo quanto ao Programa Papel Zero, foi também solicitada a alteração das metas. Na sequência, o Sr. Vinícius abriu a palavra para discussão, não ocorrendo manifestações, colocou minuta de deliberação em votação, e foi aprovada por unanimidade. **7.**
- 1015 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Cerimonialista agradeceu a presença de todos e, com autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.
- 1020
- 1025
- 1030
- 1035
- 1040

VINÍCIUS ROSA RODRIGUES
Secretário-executivo
Comitês PCJ

**JEFFERSON BENEDITO
RENNÓ**
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ
FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL